

**MATERIALIDADES DA MORTE:  
PRÁTICAS, SÍMBOLOS  
E ESPAÇOS FUNERÁRIOS  
EM CONTEXTOS  
HISTÓRICOS\***



ANDREA LESSA \*\*

Ao longo da trajetória da humanidade o fenômeno da morte, em suas dimensões física, espiritual e social, foi apreendido, elaborado e experienciado de formas diversas. Incompreendida, temida, sacralizada ou até mesmo desejada, mas nunca ignorada, a morte sempre protagonizou um importante papel na identidade e na transformação das sociedades antigas e contemporâneas. A partir de uma abordagem sincrônica, evidencia-se seu caráter definitivo e dogmático na medida em que provoca não apenas a destruição do corpo físico, mas encerra os vários estágios da vida; cristaliza o status individual, muitas vezes representado no tratamento dispensado ao morto; e inicia um processo de dissolução do ser social, não obstante a presença de mecanismos de memorização e valorização dos ancestrais.

Do ponto de vista diacrônico, destaca-se o comportamento dos vivos para com os mortos, bem como a proximidade entre ambos, tão variável nos diferentes momentos e espaços. Dentre todas as crenças e ritos performados por uma determinada sociedade, o gestual funerário ganha destaque no que se refere a categorias êmicas profundamente enraizadas, que delineiam e sustentam sua visão de mundo. Neste sentido, a relação entre vivos e mortos cria, legítima e reconfigura ao longo do tempo valores sociais, espirituais e ambientais. A materialidade do morto e da morte, tal qual um artefato, configura-se como um vetor retroalimentado que ao mesmo tempo forja identidades e é por elas ressignificado.

\* Recebido em: 10.01.2024. Aprovado em: 10.01.2024.

\*\* Docente do Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail:* andrea.lessa@mn.ufrj.br

Diante de tantos aspectos que revestem a morte, desde a Antiguidade ela tem sido objeto de reflexões e estudos por parte de filósofos, psicólogos, antropólogos, historiadores, arquitetos, legisladores e arqueólogos, entre outras áreas do conhecimento. Sob a perspectiva arqueológica, são variados e bastante férteis os caminhos possíveis para se discutir as atitudes perante a morte, e suas consequências tanto para os mortos quanto para os vivos. Alguns temas de interesse passam pelos gestos e rituais que envolvem o sepultamento dos corpos, e os subsequentes processos tafonômicos por eles sofridos; os espaços escolhidos e transformados para receberem os mortos, inseridos no contexto mais amplo da paisagem circundante; a materialidade dos símbolos e conceitos atrelados à morte, representados através de estruturas, edificações e objetos; e as formas como o indivíduo morto é definido e percebido em cada contexto cronológico e espacial.

Embora fartamente explorados em contextos internacionais, esses temas ainda merecem maior destaque entre os estudos em território brasileiro, especialmente no âmbito das práticas mortuárias e seus desdobramentos em período pós-colonial. Fartamente apoiada em evidências materiais, bem como em fontes textuais, pictóricas e orais, essas pesquisas buscam delinear códigos socioculturais associados ao viver e ao morrer. Sob esta perspectiva, o presente dossiê, publicado neste volume da Revista *Habitus*, tem como objetivo promover um espaço dedicado a discussões voltadas para os diferentes aspectos da materialidade da morte em contextos brasileiros e diaspóricos, desde a colonização até o início do século XX.

Partindo de uma abordagem que integra a experiência do morrer com a paisagem, o primeiro artigo deste dossiê, de autoria de Ana Luíza Berredo e Madu Gaspar, intitulado “Os mapas históricos do Rio de Janeiro e os desvalidos”, analisa plantas históricas, textos de cronistas e notícias de jornais. A partir dessas fontes, as autoras discutem a distribuição dos espaços funerários associados a indivíduos pobres e marginalizados, bem como o seu apagamento social através da história. Da mesma forma, o segundo artigo, de autoria de Eliane Costa e intitulado “Tu já pode ser enterrado: Espaços funerários no Rio Mapuá-PA”, parte da inserção espacial e ambiental de três espaços funerários localizados no arquipélago de Marajó. A partir da realização de entrevistas semiestruturadas, observação participante e mapeamento de ocorrências arqueológicas, a autora discute as diferentes formas de percepção da sociedade local sobre os cemitérios, percepção essa diretamente associada à condição socioeconômica dos mortos aí enterrados. No terceiro artigo, intitulado “Aspectos demográficos e sociais de uma irmandade de pardos: Os fregueses da igreja de São Gonçalo Garcia”, Andrea Lessa e coautores fazem uma análise da paisagem eclesiástica do Campo da Cidade, Rio de Janeiro, local destinado à vida e à morte de diferentes grupos desprivilegiados; e através dos registros de óbito da referida igreja fazem uma análise demográfica e social dos indivíduos aí sepultados. No quarto artigo deste dossiê, intitulado “Sepulturas de escravos e a materialização da desigualdade diante da morte no Rio de Janeiro colonial”, Cláudia Rodrigues também utiliza registros de óbito paroquiais em sua análise. A partir dos dados da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá sobre a localização das sepulturas no exterior e interior dos templos, a autora discute a desigualdade social entre os cativos e aos olhos dos senhores. O quinto artigo, de autoria de Pedro da Glória e coautores, intitula-se “Usos e reusos de jazigos funerários no Cemitério da Soledade, Belém do Pará – Brasil”. Através de mapeamento, documentação fotográfica sistemática, e descrição das estruturas, objetos e distribuição dos ossos humanos, são

investigados 31 jazigos neste espaço funerário e discutidos os padrões de ocupação, abandono e reutilização ao longo de mais de seis décadas. O sexto artigo, de autoria de Andrei Santos e Andrea Lessa, intitulado “Práticas funerárias no Cemitério dos Pretos Novos: Violência simbólica e estrutura panóptica de poder”, segue caminho semelhante no que se refere à análise de contextos funerários. Além de discutir o tratamento dado aos cativos africanos recém-chegados que morriam antes de serem vendidos no mercado do Valongo, buscou lançar luz sobre a estrutura de poder e violência representada por este depósito de corpos. Os africanos mais uma vez são objeto de análise no sétimo artigo deste dossiê. De autoria de Robert Freitas e Vanicléia Santos e intitulado “A cultura material em práticas funerárias no oeste africano (séculos 16-17)”, apresenta detalhadamente as práticas e artefatos presentes em sepultamentos da África ocidental e discute a sua importância para as etnias locais, bem como para futuras pesquisas de arqueologia funerária no Brasil no que se refere à origem dos rituais aqui performados.

Os sete artigos que compõem este dossiê apresentam algumas das perspectivas alinhadas com a investigação do morrer e seus desdobramentos no Brasil colonial e imperial. Certamente esta amostra está longe de esgotar as possibilidades teóricas, metodológicas e interpretativas sobre o tema, no entanto, demonstra o quão abrangentes, e relevantes, podem ser os aspectos relacionados à morte enquanto mediadores das relações sociais e com o meio.

Boa Leitura!